

NOTÍCIAS DO BRASIL



Informativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB

Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - CEP: 30110-039 - Belo Horizonte (MG) - Ano XXXV - Nº 122 - Janeiro a Julho/2025

**Negociações para o
custeio da
Cassi.
Página
Central**



**O agro e a redução
no lucro do BB.
Página 3**

**Críticas à má
administração das
estatais e nossa
opinião.
Página 6**

**Ações do BB ainda
valem à pena?
Veja análise na
página 7**

**Nós ainda estamos
aqui combatendo o
bom combate.
Leia o editorial na
página 2.**

Mídia e Manipulação: a voz que redige o silêncio

**Wagner Gomes*

A imprensa brasileira há muito abandonou a pretensão de narrar o país com neutralidade. Em seu lugar, firmou-se um ecossistema onde a linha editorial é menos bússola e mais barricada — uma trincheira disfarçada de vitrine.

O jornalismo, que deveria expor os fatos, frequentemente os enquadra com um verniz ideológico que agrada patrocinadores, acionistas ou conveniências temporárias.

A mídia já foi chamada de quarto poder, mas hoje opera como corretora de versões: seleciona o que importa, o que choca, o que distrai — e sobretudo o que omite.

Não é preciso mentir: basta destacar uns e silenciar outros, repetir certos termos até que se tornem verdade por exaustão. Escândalos são escalados conforme a conveniência do ciclo político. Há indignações programadas, silêncios bem pagos e manchetes que já nascem enviesadas e com forte cheiro de mofo.

Os conglomerados de comunicação tornaram-se corporações híbridas: negócios com fins lucrativos, mas com poderes simbólicos que ultrapassam o mercado.

Em ano eleitoral, vestem-se de paladinos; em tempos de bonança, preferem a passividade lucrativa. Tudo depende do clima — e



do contrato publicitário da vez.

No subsolo do jornalismo ainda há ilhas de lucidez, colunistas que resistem à pasteurização, repórteres que escavam o real com coragem. Mas são exceções num oceano de análises recicladas, editoriais preguiçosos e telejornais que gritam manchetes como se o volume compensasse a superficialidade.

O controle da narrativa, no Brasil, é um ativo político. E quem o domina pode transformar sabotagens em reformas, cortes em responsabilidade, aliados em estadistas e adversários em caricaturas.

A mídia não apenas informa: ela molda o que o país acredita ser verdade, no viés de confirmação de cada um — e o que prefere esquecer.

*Wagner Gomes – aposentado do BB e associado UNAMIBB

"AINDA ESTOU AQUI"

Será? Será que estamos mesmo aqui? Ou aí? O que temos visto é cada vez mais nossos antigos colegas do BB, aqueles com os quais travamos laços que pareciam indestrutíveis, cada vez estão se perdendo de nós. Nossos antigos amigos que compartilhavam conosco as alegrias e aflições de trabalharmos naquele banco a que chamávamos "nossa Casa", hoje andam distantes. Não querem mais saber de nós, nem do BB, nem da CASSI ou da PREVI. E os poucos de nós que ainda labutamos na defesa do maior Banco do Brasil, assistimos desesperados nossas garantias de uma velhice tranquila escorrer entre dedos. Ou alguém pensa que é fácil para nós, os que nos assentamos com os negociadores do BB negociar custeio da CASSI? Acham mesmo que o BB é o mesmo do passado que considerava o funcionalismo seu maior patrimônio? Pois desculpem desiludir vocês... Não é mais. Cada vez mais o BB rompe aqueles laços conosco. Não existem mais o BIP, a Revista DESED, os acordos coletivos que brindavam os ativos com reajustes acima da inflação.

Então eu lhes pergunto: Ainda estamos aqui?

Se estiverem, aqui, acolá, em qualquer canto do Brasil, venham para as Associações. Procurem em suas cidades em seus

estados aquelas Associações de Aposentados e Pensionistas do BB onde cada vez somos menos os colegas abnegados que devotam seu tempo e dinheiro para trabalhar em favor dos interesses de todos nós junto ao Banco, a CASSI e a PREVI.

Este é um apelo que a UNAMIBB faz. Vocês que estão recebendo nosso jornal, procurem seus amigos, seus colegas. Falem de nós. Falem de nossos trabalhos. Falem de nossas lutas e queiram colaborar, passem o endereço da UNAMIBB para que seus amigos venham se associar. É simples, é fácil e barato. Ensinem a eles que basta digitar:

<https://unamibb.com.br/formulario-do-associado/>

E pronto! Será mais um guerreiro a ombrear conosco.

A Diretoria

PS: Existem outras maneiras de se associar à UNAMIBB: ligar no nosso telefone (31) 3194-5900 e receber o formulário em casa. Ou pelo nosso e-mail: unamibb@unamibb.com.br. E ainda pelo formulário que está na última página do jornal enviando-o para o nosso endereço: Av. do Contorno, 6437 - Savassi - Belo Horizonte (MG) - CEP: 30.110-039. Também podem preenchê-lo, fotografar e enviá-lo via e-mail.

Uma chantagem indigna



Os EUA, o maior país do mundo, a superpotência bélica e comercial, uma democracia invejável, agora tudo parece se desmanchar sob o ponto de vista da diplomacia, com intromissões indevidas no Brasil.

Sua excelência o Presidente americano Donald Trump, disse na TV "Taxamos 50% em um caso, o Brasil, porque o que estão fazendo com o ex-presidente é uma desgraça".

Ora bolas... "Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões..." (Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas).

O cidadão Trump pode gostar demais do nosso ex-presidente e não gostar do atual, mas o Presidente da maior nação do mundo deveria, por questão de diplomacia, guardar suas opiniões para si.

Afinal, aqui é a casa do Zé Carioca e não do Pato Donald.

NOTÍCIAS DO BBRASIL

É uma publicação da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB Registro nº 916 Livro B - Cartório Jero Oliva - Belo Horizonte - MG

Fundador: Cyro Verçosa

Endereço: Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 Savassi - Belo Horizonte - MG
CEP: 30110-039
Fone: (31) 3194 5900
Fax: (31) 3194 5903
www.unamibb.com.br
unamibb@unamibb.com.br

Diretoria

Presidente

Isa Musa de Noronha

Diretor Administrativo e Financeiro

Antonio Carlos Dias

Diretor Secretário

Zaidan Basileu Alves Costa

Jornal Notícias do BBrasil

Jornalista Responsável:

Luzia Lobato - MG-04651JP

Edição, Editoração e Projeto Gráfico:

Luzia Lobato

Impressão:

Editora Star 7

Os conceitos emitidos nos artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, sendo de responsabilidade dos articulistas.

Inadimplência no agro reduz lucro e valor de mercado do BB

A inadimplência no agronegócio impactou negativamente o lucro do Banco do Brasil (BB), levando-o a reforçar a gestão de risco de crédito. Com 3% dos financiamentos em atraso no primeiro trimestre, a nova regra do Banco Central, que exige provisões para perdas esperadas, agravou a situação. O BB perdeu US\$ 4 bilhões em valor de mercado após os resultados, enquanto enfrenta críticas sobre sua gestão e políticas internas.

O domínio do Banco do Brasil em empréstimos para o agronegócio sempre foi visto como uma fortaleza. O banco responde por metade do financiamento que flui para o setor — uma vantagem competitiva em um país que, em linhas gerais, alimenta o mundo.

Mas as taxas de juros, que atingiram o patamar mais alto em quase duas décadas, e os sucessivos reveses nas colheitas deixaram os produtores rurais em uma situação difícil. Eles entraram com pedidos de recuperação judicial no ritmo mais rápido já registrado em 2024, um sinal de crise que repercutiu em todo o setor e ainda não mostra sinais de reversão.

Para piorar a situação, uma nova regra do Banco Central agora obriga os bancos a provisionarem as perdas esperadas e a parar de contabilizar os juros sobre empréstimos em atraso. O Banco do Brasil historicamente era mais conservador do que seus pares, provisionando mais do que o necessário — mas isso mudou recentemente, à medida que buscava melhorar os lucros, de acordo com uma pessoa com conhecimento do assunto.

Então, quando a regra entrou em vigor em janeiro, atingiu duramente a carteira de empréstimos do banco para o agronegócio, de cerca de R\$ 400 bilhões. Um relatório da instituição mostrou que a inadimplência acima de 90 dias



para empréstimos do agronegócio mais que dobrou, chegando a 3% — um número que o banco havia projetado para o ano inteiro, não para o primeiro trimestre.

O resultado ruim é um problema para a Tarciana Medeiros. Primeira mulher a liderar a instituição bicentenária Tarciana ocupa uma cadeira que tem sido tradicionalmente um reduto de partidos políticos, que nomeiam aliados de confiança para cargos importantes.

A Presidente Medeiros sempre enfrentou críticas dentro do banco por priorizar políticas que não necessariamente estão ligadas à principal atividade, como a área de diversidade, disseram as pessoas, que pediram para não serem identificadas ao discutir assuntos particulares. Os resultados ruins do primeiro trimestre afetaram sua imagem.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Medeiros discutiram os resultados do banco, e foi informado de que os recursos do Plano Safra e da colheita melhorarão as perspectivas para o segundo semestre.

Aliados dizem que Lula não tem intenção de substituir Tarciana, mas ela precisará reverter a situação o mais rápido possível — especialmente em um momento em que o governo enfrenta baixos índices de aprovação e resultados econômicos mistos.

Fonte: O Globo-Economia.

E por falar em agro...

Em entrevista à Revista Exame, o ex-diretor de agro do Banco do Brasil e ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz aponta os erros do governo no Plano Safra 2025/2026.

Apesar dos R\$ 605 bilhões serem maior do que o valor disponibilizado no ano passado, ainda é insuficiente para atender às reais demandas do agronegócio. Vaz destaca que o aumento das taxas de juros em algumas linhas compromete — ainda mais — a eficácia do plano.

Para o executivo *"falta uma visão de política agrícola mais robusta para o médio e grande produtor."* Critica também as promessas não cumpridas do governo: *"Muito discurso sobre o Norte, Nordeste, mulher e jovem... Isso fica no discurso, porque o que o produtor precisa é garantir rentabilidade. O governo também prometeu garantir mais recursos para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, mas isso não chega ao Sul e Sudeste."*

O especialista destaca que parte do financiamento de máquinas, anunciado no plano, é, na verdade, uma forma de ativar a indústria nacional, usando o subsídio do crédito rural. Afirma ainda que o governo reservou recursos para o seu público preferencial, os pequenos produtores e suas cooperativas. Para os grandes produtores e suas cooperativas indicou a "porta" dos recursos de mercado.

Ele ressalta também que *"a agricultura familiar tem mais apoio dentro do governo, mas é preciso superar essa divisão ideológica entre a esquerda e a direita para criar políticas mais eficazes para o agronegócio."*

Mesmo com a falta de recursos para os grandes produtores, o Brasil vai colher a maior safra da história. E com falta de armazém para 124 milhões de toneladas a *"super safra de milho e soja corre o risco de ficar ao relento em fronteiras agrícolas."* A notícia é do Estadão de 03/07/2025.

Associações representativas começam a dis

Considerações sobre a mesa d

Por Sergio Faraco e*

Destaco os seguintes trechos da mensagem a respeito da abertura da Mesa de Negociação CASSI.

“Também participaram os dirigentes da Cassi, sendo que o presidente Claudio Said fez uma apresentação da situação atual da entidade e perspectivas de futuro.

Enfatizou a visão plurianual para os resultados financeiros e reforçou a decisão da gestão de manter o projeto de Atenção Primária à Saúde, apesar da perspectiva de déficit.

Discorreu sobre a recomposição de rede de atendimento, do volume de consultas em CliniCassi e da queda de consultas em pronto socorro e de internações, além de avanços significativos no uso da inteligência artificial na gestão dos processos de autorizações e gestão do risco da população. ”

A decisão de manter o projeto de Atenção Primária à Saúde não deve ter sido tomada **apesar da perspectiva de déficit e sim justamente por essa perspectiva**, pois a APS cuida melhor da saúde e ainda reduz o custo assistencial, conforme relatam trabalhos a esse respeito.

Essa é a razão de ter aumentado o volume de consultas em CliniCassi acompanhado de queda de consultas em pronto socorro e de internações, vale dizer, ter havido redução de custo assistencial e melhor cuidado.

Na verdade, a APS é mais do que um projeto. Ela foi inserida nos normativos como o mode-

lo de cuidado à saúde, construído pela Gerência de Saúde, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo na gestão 2018/2022.

O modelo consiste em vincular os assistidos a uma equipe de saúde da família, composta por médico, enfermeiro e outros profissionais especializados em saúde da família, que se torna responsável pela coordenação dos cuidados à saúde dos pacientes em seu todo.

Isso exige uma reciclagem para que todos os profissionais de saúde das CliniCassi estejam aptos a atuar segundo os preceitos da APS. Espera-se que estejam todos aptos.

Diante da reconhecida e incontestável inviabilidade de as CliniCassi alcançarem todos os associados, ficou aprovada a formalização de parcerias com clínicas praticantes da APS, de modo a atender ao maior número deles.

Os custos de instalação e manutenção de uma CliniCassi exigem número mínimo de assistidos para que se tornem viáveis. Onde não houver esse número mínimo, a instalação pode ocorrer através de contratadas que atendam também outras operadoras.

Era de se esperar que neste momento todas as CliniCassi estivessem em condições de praticar efetivamente a APS e que tivéssemos um número razoável de CliniCassi parceiras contratadas. Lamentavelmente não se tem notícia da formalização de parcerias, de modo que somente os associados com acesso às CliniCassi existentes contam com os cuidados proporcionados pela APS.

Consequentemente, é imperioso priorizar a contratação de clínicas parceiras em APS criteriosamente selecionadas e assim melhorar o nível de cuidado à saúde e reduzir ainda mais os custos assistenciais.

Acredito que a Inteligência Artificial seja capaz de avaliar a prática correta do modelo tanto pelas CliniCassi próprias quanto pelas contratadas e os resultados em termos de qualidade da saúde e de custos assistenciais.

Por experiência própria tenho plena convicção de que a Telessaúde não pratica corretamente a APS, ou seja, não é coordenadora dos cuidados à saúde, que envolve prevenção e acompanhamento regular. Ela é útil para dar atendimento/orientação em casos de adoecimento.

“As entidades de representação dos funcionários estiveram presentes com a Contraf, Contec, Anabb, AAFBB, CTB e FAABB. Os membros da Comissão de empresa estiveram presentes nessa primeira rodada de negociações. Os representantes do funcionalista ressaltaram que o objetivo é a busca por soluções sustentáveis para a Cassi, destacando a importância de um modelo que seja viável a longo prazo. Citaram o momento e ambiente que são favoráveis a um processo negocial que leve a uma solução conjunta e perene.”

Aqui está um ponto nevrálgico, que certamente gerará muita discussão e provavelmente até polêmica, mas que exige decisão firme.

discutir com o BB o custeio para a CASSI: sa de negociação para a Cassi

ico* em 05/04/2025

Está mais do que comprovado pela experiência passada e pela realidade já de amplo conhecimento que o modelo de custeio inserido no Estatuto jamais será capaz de proporcionar solução de longo prazo, muito menos a perenidade almejada para a nossa CASSI.

Seria puro delírio imaginar que o sistema de saúde suplementar venha a apresentar elevação de custos em níveis próximos aos índices de inflação geral, que reajustam os salários e os benefícios pagos pela PREVI.

O descasamento que sempre houve e sempre haverá é fator impeditivo de se pensar em solução de longo prazo, que dirá em perenidade.

Fixar no Estatuto o percentual contributivo é a pior escolha. As discussões para alteração estatutária são longas, desgastantes e chegam a ser desesperadoras, pois a decisão ocorre no momento mais crítico, em que a continuidade das atividades da CASSI está a um fio de ser interrompida por decisão a que a ANS está obrigada legalmente a tomar por descumprimento dos indicadores mínimos exigidos pela legislação.

É importante registrar que, não fosse aprovada a última alteração estatutária, a ANS teria prazo de 2 meses para determinar a alienação da carteira da CASSI. Era muito provável que nenhuma operadora se interessasse em adquirir uma carteira altamente deficitária e, diante disso, a ANS teria a obrigação legal de decidir pela liquidação extrajudicial.

Afora isso, toda alteração estatutária estabelece percentual contributivo muito acima da necessidade do momento para que o plano tenha previsão de duração em torno de 4 a 5 anos.

Essa prática sacrifica demasiadamente o associado por um período, acumula reservas elevadas que podem relaxar a adoção de medidas saneadoras, até que volte à situação de desespero.

O Estatuto deveria conferir poder ao Conselho Deliberativo para a definição do percentual contributivo, com base no Estudo Atuarial realizado anualmente pela **Salutis**, empresa especializada contratada pela CASSI, que há mais de 20 anos vem estimando com precisão superior a 90% as receitas e as despesas anuais de cada plano.

Assim, considerando que a CASSI sabe com alto índice de precisão quanto irá dispendar no exercício seguinte, tem conhecimento muito próximo do valor da base contributiva, ou seja, a massa salarial paga pelo banco e os benefícios pagos pela PREVI, não há razão plausível para que ela não possa estabelecer qual será o percentual contributivo, que pode ser estabelecido anual ou bienalmente.

Isso traria muitas vantagens, tais como:

- a) Previsibilidade orçamentária da CASSI, o que permitiria melhor planejamento e evitaria sobressaltos;
- b) Evitaria chegar à estressante e perigosa situação de se sujeitar à intervenção da ANS por descumprimen-

to dos índices por ela exigidos;

- c) Permitiria melhor gestão orçamentária por parte dos associados, dada a maior regularidade na evolução do comprometimento da renda com a saúde, sabida e inevitavelmente acima do comportamento da renda por razões conhecidas.
- d) Eliminaría o profundo e nocivo estresse que ocorre toda vez que se torna necessária alteração estatutária para redefinir o percentual contributivo, fato que paralisa a CASSI por longo período, interrompe o desenvolvimento de ações de curto e médio prazo que proporcionam maior eficiência operacional, a exemplo da expansão da Atenção Primária à Saúde e outras mais.

*Sérgio Faraco foi Presidente do Deliberativo da CASSI

OPINIÃO DA UNAMIBB

Da forma como foi concebida, com contribuições atreladas aos salários dos ativos e benefícios de aposentados, a CASSI é tal qual um submarino: até pode boiar, mas foi feito para afundar.

O desafio é encontrar uma forma de sustentar a CASSI, com um mínimo de sacrifício de seus associados e sem comprometer em demasia o passivo do BB.

Duas matéria e nossa opinião

O aparelhamento da Previ

Fundo de pensão do BB afrouxa indicações para conselhos – um afago a Lula e um risco ao País

A Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil (BB), afrouxou as regras de nomeação para cargos executivos em conselhos fiscais e de administração de grandes companhias nas quais investe o dinheiro de seus cotistas. Os novos critérios facilitam a indicação de representantes de sindicatos, em que o lulopetismo reina, de integrantes de associações e até de pessoas sem experiência.

As regras que servem de orientação para decidir quem vai ocupar esses cargos muito bem remunerados são publicadas anualmente em edital. Em 2023, primeiro ano do terceiro mandato de Lula da Silva, as regras herdadas de gestões anteriores foram mantidas, o que garantia pontuações maiores a candidatos com formação em áreas como Economia, Administração e Direito, além de experiência profissional em cargos de direção e conselhos.

Mas, desde o ano passado, as coisas mudaram bastante, com o estabelecimento de parâmetros mínimos de formação, como uma graduação qualquer. Além disso, os editais mais recentes equipararam passagens por postos de direção em sindicatos, as-

sociações e federações a experiências em cargos na própria Previ e em empresas.

Essas regras, por óbvio, abriram caminho para o aparelhamento desses conselhos pela companheirada. É por isso que sindicalistas passaram a integrar as altas instâncias da Vale, da Gerdau e da Neoenergia. Novas indicações serão feitas neste ano, quando mais de 60 cargos deverão ser preenchidos e, em breve, será possível medir o impacto dessa flexibilização.

A Previ parece estar a serviço do governo para que as indicações nessas empresas atendam às expectativas do presidente Lula da Silva, num processo de corrosão de medidas de governança que foram implementadas justamente para assegurar transparência e eficiência ao fundo. E não é novidade para ninguém que o governo de Lula quer ter ascendência sobre companhias privadas, haja vista que essa tentativa de intervenção já ocorreu na Vale, quando Lula tentou interferir no processo de escolha do novo presidente da empresa.

No caso dos fundos de pensão, a falta de profissionalismo na governança já se mostrou muito perigosa

num passado recente. Recorde-se que os Correios e a Petrobras tiveram de cobrir prejuízos em seus fundos de pensão (Postalis e Petros, respectivamente) depois que estes realizaram investimentos arriscados, alinhados aos projetos lulopetistas. Esse histórico foi um dos motivos que levaram o Tribunal de Contas da União (TCU) a autorizar a abertura de uma auditoria para apurar perdas de R\$ 14 bilhões na Previ, com o temor de desfalque para o patrocinador, o Banco do Brasil.

Com mais de R\$ 270 bilhões sob sua gestão, a direção da Previ reforça com tudo isso seu alinhamento ao lulopetismo, ao dar ao governo federal poder de influência na escolha de nomes para colegiados de negócios estritamente privados. E, para piorar, esse movimento se dá com o dinheiro dos funcionários e dos aposentados do Banco do Brasil, e em detrimento de seus interesses, ameaçando suas economias.

Sobram motivos para preocupação com tantos riscos. E nada disso é bom, nem para a Previ, nem para o BB, nem para o Brasil.

Estadão – Editorial – 19/03/2025

Folha de S. Paulo – 20/04/2025 - Editorial

Mais de três décadas depois de lançado o programa de privatizações, o governo federal ainda controla diretamente 44 empresas, entre as quais algumas gigantes reúnem 78 subsidiárias, segundo a contagem oficial mais recente.

Nesse conglomerado de 122 estatais se encontram a maior empresa do país, a Petrobras, cinco bancos, portos, aeroportos, os Correios, serviços de informática, de comunicação, hospitais e uma produtora de hemoderivados, além de algumas dezenas de companhias menos conhecidas e outras que mal merecem esse nome, dado que não geram receitas para bancar suas operações.

Os defensores da manutenção desse enorme e custoso aparato — caso do PT de Luiz Inácio Lula da Silva — argumentam que tais empresas têm importância “estratégica”. Isto é, atuam em áreas sensíveis para o desenvolvimento ou para a soberania nacional e levam adiante empreendimentos que a iniciativa privada não pode ou não quer assumir.

A mesma alegação é feita quando as estatais têm prejuízos e déficits, o que se dá com frequência.

Assim sendo, então, estruturas com papéis tão importantes deveriam ser geridas com o máximo de profissionalismo e qualificação, certo? Nes-

se ponto, porém, o discurso ideológico dá lugar à real prática política e fisiológica.

Como apontou levantamento da Folha, a gestão petista distribuiu postos em conselhos de administração de estatais para aliados e correligionários cuja formação tem pouca ou nenhuma relação com as áreas de atuação das empresas — que incluem especificidades como pesquisa de recursos minerais e abastecimento de produtos agrícolas.

É amostra que ajuda a entender por que o governo Lula investiu contra a Lei das Estatais aprovada em 2016 estabelecer normas mínimas de governança após os escândalos de corrupção e má gestão revelados na Petrobras e em outras companhias.

Por meio de uma iniciativa do aliado PC do B, por exemplo, obteve-se em 2023 uma liminar do então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) — Ricardo Lewandowski — hoje ministro de Lula, que permitiu nomeações políticas proibidas pela lei. Estas permaneceram válidas quando, no ano passado, a corte enfim decidiu que a norma obviamente não contrariava a Constituição.

O controle das estatais também dá ao governante de turno o poder de influir no comando de entidades a

elas ligadas, como fundos de pensão. É o caso da poderosa Previ, dos funcionários do Banco do Brasil hoje alvo de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) devido a um déficit de R\$17,7 bilhões em 2024.

Distribuição de sinecuras, loteamento político, maus negócios e corrupção são péssimos exemplos vindos de quem pretende defender as estatais — ainda mais quando o argumento do papel estratégico se esvazia diante de privatizações bem-sucedidas como as da telefonia, da Embraer, da Vale, outrora tidas como tabu.

Nossa opinião

Para a UNAMIBB, sem qualquer viés ideológico, as estatais e a PREVI necessitam de gestores competentes, independente de qualquer Governo. O que o grande público talvez não saiba é que “estatais” não são do Governo de plantão e sim do Brasil e a PREVI não é do BB e sim, de seus participantes e assistidos. Assim, o mínimo que se espera é gestão isenta e competente.

O caminho das ações do Banco do Brasil

Rejeitadas pelas maiores gestoras, as ações do Banco do Brasil podem ser uma ótima oportunidade de compra. Abaixo listamos os principais motivos para manter ou adquirir os papéis do Banco:

1 – Resiliência

Com mais de 200 anos de existência, o BB passou por diversas turbulências no cenário político e econômico nacional e global. Somente nos últimos 100 anos, o BB enfrentou duas Guerras Mundiais, duas ditaduras, a hiperinflação, a crise mundial de 2008, impeachment de dois presidentes, a Covid-19 e diversas mudanças na moeda brasileira. Resistiu a todas as tempestades e continua sólido. Não é da noite para o dia que uma instituição desse porte perde a relevância.

2 – Preço

O papéis estão absurdamente baratos. Investidores do passado obtiveram retornos expressivos em três a cinco anos. O mercado de curto prazo exagera. Mesmo com uma possível piora nos resultados nos próximos trimestres o valor do ativo atual oferece margem de segurança para o médio e longo prazo. Para quem tem paciência a recompensa virá.

3 – Bons dividendos

Analistas ainda veem o BB como uma alternativa sólida para proventos consistentes. O retorno em dividendos (*dividend yield*) projetado para os próximos 12 meses varia de 7,90% a 10%, de acordo com especialistas. Mesmo com resultados fracos, os pagamentos em dividendos devem subir.

4 – A crise do agronegócio

O BB ainda deve sentir a pressão da inadimplência do crédito rural por alguns meses. Isso não diminui o papel estratégico do Banco do Brasil no agronegócio como agente de fomento. Na avaliação de especialistas, as projeções indicam que a inadimplência deve subir e atingir seu pico no final de 2025. A rever-



são só deve ocorrer entre o final deste ano e o início de 2026, com avanço das renegociações e normalização das operações. Especialistas destacam que agro e crédito rural são cíclicos. No médio e longo prazo é impossível o BB não se recuperar.

5 – Volatilidade

O Banco sempre apresentou a maior volatilidade entre os grandes bancos. Isso se dá por causa da natureza do negócio e a exposição a riscos operacionais, regulatórios e políticos. É preciso lembrar que o BB está sujeito a decisões governamentais nem sempre acertadas. E sempre se adapta e recupera.

6 – Lucros

As mais recentes crises aconteceram nos últimos 10 anos e foram seguidas de grandes recuperações. Acompanhe:

- 2015-2016, instabilidade política do impeachment da ex-presidente Dilma. O lucro de R\$ 14,4 bilhões em 2015 foi para R\$ 8 bilhões em 2016, queda de cerca de 44,4%. Nos anos subsequentes o BB lucrou R\$ 18.16 bilhões (2019), aumento de 226%.
- Pandemia: o lucro caiu para R\$ 12,6 bilhões em 2020 (-30,4%) e se recuperou em 2024 para R\$ 35.44 bilhões, aumento de 279%.

Isso mostra que a recuperação do Banco do Brasil é sólida e reforça sua importância como investimento de longo prazo para quem tem paciência e pode esperar.

Com informações do site E-Investidor de 17/07/2025.



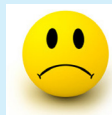
Os terminais de autoatendimento do banco passaram a fornecer o comprovante de depósito em dinheiro pelo WhatsApp. A opção é facultativa. Ao depositar dinheiro nos terminais, o cliente pode escolher se receberá o comprovante impresso ou pelo aplicativo. A solução tecnológica reforça a integração entre os canais físicos e digitais da instituição, contribui para o meio ambiente ao reduzir o consumo de papel. Além de reduzir custos, é claro.



Um incêndio destruiu uma agência do Banco do Brasil no centro de Serro (MG), cidade do Vale do Jequitinhonha. O edifício faz parte do conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade. Já que o município não conta com um batalhão dos Bombeiros, o fogo foi debelado por policiais militares e voluntários com auxílio de um caminhão-pipa. A principal suspeita é de incêndio foi criminoso e um suspeito de 41 anos foi preso.



O gerenciador de finanças do BB agora conta com Inteligência Artificial. A ferramenta Minhas Finanças Multibanco, acessível no site e no aplicativo do banco, agora opera com soluções de IA generativa. Disponível gratuitamente para clientes do BB, o Minhas Finanças promove a educação financeira e a melhor gestão do orçamento familiar. Segundo o banco, a ferramenta contabiliza mais de 460 milhões de acessos por mais de 25 milhões de usuários únicos, auxiliando mais de 7 milhões de pessoas físicas mensalmente.



A holding de infraestrutura Invepar – controlada pelos fundos de pensão Previ, Petros, Funcef e pela gestora Monte Capital – deu calote em dívida que tinha o fundo árabe Mubadala Capital como credor. A companhia já renegociou o pagamento da pendência financeira 7 vezes desde o 1º atraso, em 2018. A Invepar atua nos segmentos de mobilidade urbana. Tem 80% de participação na Grupar (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.) – empresa que detém 51% das ações do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos.

Derrocada

Com queda de quase 20% apenas no mês de maio/2025, as ações do BB estão saindo das recomendações das casas de análises. O desempenho ruim é reflexo do resultado fraco no primeiro trimestre e da deterioração no segmento agrícola, que, segundo especialistas, deve se prolongar até o segundo semestre. Analistas recomendam que os investidores não se concentrem nos dividendos do BB e levantam dúvidas sobre a sustentabilidade dos pagamentos de dividendos de 40% pelo banco.

Explicações

Depois dessa queda, a presidente do Banco do Brasil, Taciana Medeiros, afirmou que irá revisar as projeções financeiras para 2025. Ela afirmou que a redução no lucro foi provocada por uma combinação de fatores, entre eles a alta da inadimplência no agronegócio e a entrada em vigor da resolução 4.966, que mudou as regras contábeis para os bancos. De acordo com a executiva nenhum dos fatores, isoladamente, teria gerado tamanho impacto, mas a coincidência entre os atrasos no agro, o novo modelo de provisões e a taxa Selic elevada comprometeram os resultados. A Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional altera a forma de contabilização das provisões para perdas esperadas, com base em estimativas e não apenas em ocorrências concretas.

Otimismo

Apesar da queda abrupta, nem tudo é má notícia. A desvalorização pode ser uma janela de oportunidade para investidores de olho no longo prazo. A Genial Investimentos, por exemplo, mantém a recomendação de "compra" para o BBAS3, com um preço-alvo de R\$ 34,00. Na visão dos especialistas, o valor atual, bem abaixo da média de mercado, torna a ação atrativa para quem busca retornos sólidos no futuro.

Futuro incerto

Apesar de aliados dizerem que Lula não pretende trocar a presidente do BB, há pressões para isso. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre vem acenando uma bandeira branca para o Planalto no caso o IOF. Por trás dessa pretensa trégua há a reivindicação do União Brasil pelo comando dos Correios e Banco do Brasil.

Críticas

Procurando levantar os ânimos, a comandante do BB diz que tudo vai melhorar. Ela aposta no Plano Safra e na colheita para reduzir a inadimplência e aumentar o desempenho do Banco. Mesmo assim, ela enfrenta duras críticas de opositores por priorizar políticas que não necessariamente estão ligadas à principal atividade, como a área de diversidade.

Regulamentação

A Resolução CMN 5.202/2025 incluiu

o Fiagro, o fundo de investimentos que financia negócios agropecuários no Brasil, como ativo elegível para investimentos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), conhecidas como fundos de pensão. Antes disso, os fundos de pensão não eram proibidos de alocar seus recursos em Fiagros ou em qualquer outro ativo do agronegócio.

Riscos

O que muda a partir da norma é que o fundo do agro está expressamente descrito na regulação das EFPC. Isso dá ares de "regulamentação" e pode deixar o governo a vontade para influenciar os fundos de pensão a investirem em um ativo de risco. O maior problema desses fundos é que não prezam pela transparência e investem não apenas no agro mas também em aquisição de imóveis que podem ser frutos de grilagem de terras.

Um exemplo

Um dos mais famosos casos de uso de recursos dos fundos de pensão para estes fins é o TIAA, fundo norte-americano de previdência para professores que, junto com investimentos geridos por Harvard, foi condenado pela Justiça brasileira pela aquisição ilegal de 202 hectares de terras públicas no Cerrado.

(com auxílio da matéria publicada no site O Joio e o trigo, por Bruna Bronoski)

Associe-se à UNAMIBB

Mensalidade R\$ 30,00

Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039

☐ Sim, desejo associar-me à UNAMIBB

Nome Completo: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Telefone: _____

Cidade: _____ CEP: _____ UF: _____

C/C Nº: _____ Nº da Agência: ____/____/____/____/____

Matrícula: _____ Assinatura: _____ DG